



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais [ST]

A CONSTRUÇÃO DE UMA DEFINIÇÃO SOCIOLÓGICA DE RESILIÊNCIA: DE UMA NOÇÃO HEROICA A UM CONCEITO CRÍTICO.

ESTÊVÃO , Pedro

Licenciado em Sociologia, CIES-IUL , pedro.estevao@iscte.pt

CALADO , Alexandre

Mestre em Estudos Urbanos, CIES-IUL , pedro.estevao@iscte.pt

CAPUCHA , Luís

Doutorado em Sociologia, CIES-IUL , pedro.estevao@iscte.pt

Resumo

Vários autores em ciências humanas e sociais têm definido resiliência como um atributo individual que é característico daqueles que são capazes de “prosperar na dificuldade” e de “transformar crises em oportunidades”. Todavia, defendemos esta versão do conceito de resiliência – que designamos como “heroica” - enferma de problemas insuperáveis de etnocentrismo, normativismo e individualismo.

Para a contrariar esta versão, apresentamos um conceito crítico de resiliência. A resiliência será um processo aberto de reconfiguração dos modos de vida desencadeado por choques sistêmicos – ou seja, alterações abruptas das condições de reprodução social, como crises económicas e políticas, desastres naturais ou guerras.

Os processos de resiliência têm duas dimensões centrais: a mobilização de recursos sociais e naturais; e a transferência de riscos no tempo, espaço e através do tecido social. Ambas estas dimensões são necessariamente moldadas por processos de estruturação social, como a classe social, a raça, o género ou o território.

Os processos de resiliência contribuem para a reprodução e transformação das estruturas sociais e do ambiente. Por um lado, os processos de resiliência fazem uso de reservas finitas de recursos, que muitas vezes não são de fácil substituição e cuja exploração pode implicar pesados custos pessoais, sociais e ambientais. Por outro lado, podem usar de relações de poder e de mecanismos de desigualdade social existentes, contribuindo assim para o seu reforço.

Abstract

Several authors in human and social sciences have defined resilience as an individual attribute, characteristic of those that are able to “thrive against the odds” e to “transform crisis in opportunities”. However, we defend that this version of the concept of resilience – which we dub “heroic” – presents unsurmountable problems of ethnocentrism, normativism and individualism.

To counter this version, we present in this communication a critical concept of resilience. Resilience is an open process of reconfiguration of ways of life that is triggered by systemic shocks – that is, sudden changes in the conditions of social reproduction, such as economic and political crisis, natural disasters or wars.

The processes of resilience have two central dimensions: the mobilization of social and natural resources; and the shifting of risks in space, time and across the social fabric. Both dimensions are necessarily shaped by processes of social structuring such as class, race, gender or territory.

Processes of resilience may contribute to the transformation but also to the reproduction of social structures and the environment. On the one hand, processes of resilience make use of finite reserves of resources. These are often of difficult replenishment and their exploitation may carry heavy personal, social and environmental costs. On the other hand, they make use of pre-existing power relations and social inequalities – thereby contributing to their reinforcement.

Palavras-chave: "Resiliência; pobreza; crise; modos de vida; risco"

Keywords: "Resilience; poverty; crisis; ways of life; risk"

COM0327

A nossa preocupação com o conceito resiliência nasceu do nosso envolvimento num projeto internacional¹. Este projeto tem como objetivo a estudar a forma como as famílias europeias responderam aos efeitos conjuntos da profunda crise económica que se instalou após a crise financeira global de 2007 e também das políticas de austeridade implementadas em grande parte dos países europeus após 2010. Até aqui, tudo bem. Mas o problema é que o projeto pretendia fazer este estudo recorrendo a um conceito altamente problemático: o conceito de resiliência.

Ora, a resiliência não é um conceito de origem sociológica. De onde vem? O que significa ao certo? Que conotações carrega? Terá utilidade para uma investigação sociológica? Se sim, como? Em que termos? Eram estas as questões com que nos deparámos. E esta comunicação é então o resultado intermédio dessa reflexão.

A resiliência é um conceito com uma história curiosa. É originário da física, onde tinha um significado bastante preciso: o atributo que um objeto ou material tem de regressar à sua forma anterior após sofrer a ação de uma força externa.

Da física, foi sendo importado como metáfora por diversas ciências. Em primeiro a psicologia (Frankl, 1959; Eitinger, 1964; Werner, 1977) e a ecologia (Holling, 1973), onde foi usado para dar conta de processos de recuperação após acontecimentos traumáticos sobre pessoas e ecossistemas. Chegou depois às ciências sociais através da geografia humana e da economia, em estudos sobre a recuperação de comunidades locais e setores de atividade económica após desastres ambientais – como terremotos, poluição marítima e fluvial, secas ou cheias. Estes estudos foram tornando o conceito de resiliência mais sofisticado, chamando a atenção para o papel que os contextos institucionais, a reflexividade e as instâncias de ação coletiva desempenham nos fenómenos de resiliência (Adger, 2000; Aldrich, 2012; Wilson, 2012).

Todavia, quando chega a vez da aplicação do conceito da resiliência estudo da pobreza, esta sofisticação parece ter ficado de lado. Em seu lugar, surgiu o que chamaremos uma visão heroica da resiliência. Esta visão heroica muda a ênfase do que a noção de resiliência descreve. Em vez de recuperação após um choque, a resiliência passa a ser um termo aplicado às situações em que indivíduos ou grupos conseguem “prosperar na adversidade” ou “transformar crises em oportunidades”.

Dois exemplos:

“[a resiliência] é um conceito cada vez mais útil para facilitar a compreensão de porque é que alguns indivíduos prosperam apesar de experiências traumáticas e de meios desfavorecidos enquanto outros se afundam” (Davidson, 2009)

[a resiliência refere-se] àqueles indivíduos e famílias que, quando enfrentam vários fatores de risco associados à exclusão financeira e social, conseguem lidar com essas condições adversas em vez de serem esmagados por elas” (Batty & Cole, 2010)

Para estas abordagens, a resiliência é definida como um atributo positivo dos indivíduos ou das famílias que entre em jogo quando ocorrem acontecimentos traumáticos como a perda do emprego, uma separação ou a doença ou a morte de um membro da família. A resiliência manifesta-se assim na construção de soluções criativas, que permitem não apenas evitar as consequências nefastas destes acontecimentos traumáticos mas, ao limite, transformá-los em oportunidades para uma mudança benéfica. Para além disso, estas soluções ocorrem em locais – como bairros degradados ou aldeias isoladas – cujas características, à partida, seriam adversas à sua implementação.

Nesta visão heroica, a resiliência manifesta-se através do desenvolvimento de práticas individuais para gerar ou captar recursos que até aí eram subvalorizados ou ignorados. Estas podem incluir desde a recolha e utilização sistemática de vouchers de desconto em panfletos publicitários, de uma venda de garagem ou do

¹ O projeto em questão é “RESCuE - Patterns of Resilience during Socio-Economic Crisis among Households in Europe”, financiado pelo 7º Programa-Quadro (www.rescueproject.eu).

reaproveitamento de sobras de comida até à realização de voluntariado em organizações locais e montagem de pequenos negócios. Uma das autoras próximas desta corrente, Ann Masten, designa assim estas práticas como “magia quotidiana” (Masten, 2010).

Como não é difícil imaginar, a versão coloca tremendos problemas do ponto de vista sociológica. É conceptualmente ambígua, porque nunca se percebe se estamos a falar de um atributo ou do resultado de uma prática. É de certa forma analiticamente trivial, porque há sempre algum tipo de adaptação à adversidade, porquanto mínimo, pelo que nunca se é completamente esmagado pelas condições adversas. Num certo sentido, todos os seres humanos, a não ser que estejam mortos, são resilientes. E, claro, ignora o papel das instituições e estruturas sociais nas práticas individuais.

Mas, ainda mais do que tudo isto a versão heroica da resiliência tem fortes ressonâncias ideológicas. Na verdade, ela é altamente compatível com uma agenda neoliberal de recuo ou desmantelamento do estado-providência. Isto por três razões:

Em primeiro lugar, porque alimenta a ideia de que a resiliência é uma espécie de recurso subaproveitado que pode ser explorado pelas políticas públicas. A exploração deste recurso seria então uma alternativa mais barata e mais eficiente às intervenções do estado-providência no combate à pobreza.

Em segundo lugar porque sugere que os riscos sociais como o desemprego ou a pobreza são passíveis de ser mais eficazmente abordados no plano individual ou da família e com recursos individuais ou familiares. Isto tem dois grandes problemas: por um lado, desvaloriza a importância da socialização dos riscos, algo que está no cerne da própria ideia de estado-providência. Por outro, desvaloriza a importância de formas de ação coletiva na obtenção de melhores condições de vida.

Em terceiro lugar, a ideia de resiliência como atributo distribuído de forma desigual na população é altamente problemática. Não traz só de volta o velho problema de naturalização de fenómenos sociais como pode ser usada para transferir o ónus do sucesso ou fracasso das políticas sociais para os indivíduos.

Com tantos problemas, podíamos sentir-nos tentados a abandonar de todo o conceito de resiliência. No entanto, achamos que seria um erro. O que há a fazer é ancorar e discutir a resiliência no âmbito da tradição dos estudos sociológicos sobre a pobreza. Foi o que fizemos. Para tal, recuperámos a noção de modos de vida e especificamente de modos de vida da pobreza.

Por modos de vida entendemos a interação entre um conjunto de recursos e limitações estruturais e o sistema de atividades e estilos de vida adotados pelos agentes. Os modos de vida da pobreza serão então aqueles dos indivíduos e famílias que se situam nas posições mais subordinadas da estrutura social (Capucha, 2005).

Baseado nesta ideia de interação fatores objetivos e subjetivos, podemos avançar com uma definição crítica de resiliência. A resiliência será não um atributo mas um processo. Será um processo de influência mútua: os modos de vida das famílias vão mediar as suas respostas a choques sociais e económicos de larga escala – tal como o desemprego de massas, a degradação acelerada de condições de trabalho ou o recuo sistemático do acesso a transferências sociais ou a serviços públicos; mas, por sua vez, as suas respostas afetarão os seus modos de vida.

Por outro lado, a resiliência será um processo aberto. Pode levar a uma transformação, mas também ao reforço de um modo de vida pré-existente.

E enquanto processo, a resiliência convoca vários aspetos dos mundos social e natural. Ao contrário do que defende a corrente heroica, a resiliência não opera num vazio social ou ambiental. Como qualquer tipo de ação humana, o espaço de possibilidades dos processos de resiliência é definido pela estrutura social e pelo ambiente natural – ainda que possa vir a transformar qualquer um deles ou ambos.

Os processos de resiliência são compostos por duas dimensões: a mobilização de recursos, que a corrente heroica reconhece, ainda que de forma muito parcial; mas também a transferência de riscos e perdas, que é completamente ignorada pela corrente heroica.

Os modos de vida oferecem os recursos sem os quais os processos de resiliência não podem ocorrer. Consideramos aqui tanto recursos sociais (recursos económicos, redes sociais, conhecimento, valores e atitudes, meios técnicos de produção, transferências sociais, serviços públicos, espaços urbanos, etc.), como naturais (terra, ar, água, ecossistemas, matérias-primas etc.). A mobilização de recursos refere-se então à forma como estes recursos vão integrar para os processos de resiliência. Decorre daqui que posições diferentes na estrutura social e relações diferentes com o meio ambiente resultarão numa capacidade de acesso desigual a estes recursos e às formas de fazer uso deles.

A segunda dimensão dos processos de resiliência é a transferência de riscos e perdas no tempo, espaço e ao longo da estrutura social. Inspirámo-nos nos trabalhos de Niklas Luhmann para definirmos o risco como uma situação que envolve uma perda de algum tipo para alguém e cuja ocorrência é ao mesmo tempo incerta e evitável pela ação ou inação humanas (Luhmann, 1993). Concentramo-nos aqui sobretudo os riscos sociais e ambientais. Por riscos sociais, designamos aqueles que estão relacionados com o funcionamento e as relações entre os sistemas económico, político e cultural. Estes riscos incluem o desemprego, as quebras de procura de bens e serviços, as doenças, as migrações, as quebras nas relações familiares, a discriminação no acesso a esferas da vida social, a guerra, etc.

Por sua vez, os riscos ambientais resultam da operação dos sistemas no e sobre o meio ambiente. Incluem a contaminação da terra, da água e do ar por substâncias tóxicas, a erosão de terras de cultivo, o declínio das fontes de água potável ou as consequências do aquecimento global.

Seguindo a noção de Luhmann de “distribuição estratégica do risco”, entenderemos a transferência de risco como a substituição de um risco imediato – a que podemos chamar um risco primário – por outro risco – o risco secundário – que está separado do atual contexto de decisão através do tempo, do espaço ou da estrutura social. Assim, o risco pode ser transferido

- Para um momento posterior da vida do indivíduo (ex. dívida)
- Dentro de um espaço institucional (ex. transferência de risco de pobreza para os ascendentes no caso de famílias que dependem de pensões;
- Uma combinação dos dois (ex. trabalho infantil)

Uma ideia chave de Luhmann é que a própria natureza do risco secundário pode aumentar as probabilidades do risco primário acabar por acontecer (ex. emigração para fugir aos baixos salários quando os imigrantes são os mais expostos a situações de exploração e violação de direitos laborais)

Ou seja, a transferência de riscos ocorre ao longo das linhas de processos de estruturação social, como a classe, o género, a idade ou a raça. Por exemplo, práticas de transferência de risco como o esticar de orçamentos familiares em perda exigem a sobrecarga das mulheres com trabalho doméstico ou com uma menor fatia na distribuição da comida dentro do agregado familiar. Dependência excessiva de redes familiares para compensar as perdas salariais ou de acesso a serviços públicos coloca em maior risco aqueles que têm redes mais frágeis – como refugiados, migrantes internos ou imigrantes recém-chegados.

No entanto, a relação entre os processos de resiliência e a estrutura social funciona nos dois sentidos. Os processos de resiliência não são apenas moldados pela estrutura social mas contribuem ativamente para a reprodução e transformação da estrutura social e do meio ambiente. Por um lado, os processos de resiliência desgastam “stocks” limitados de recursos. Estes recursos podem não ser facilmente substituídos ou a sua exploração pode implicar grandes custos pessoais sociais e ambientais. Por outro lado, os processos de

resiliência podem fazer uso de relações de poder e mecanismos de desigualdade social, contribuindo assim para a sua reprodução.

Deixo alguns exemplos. O reequilíbrio dos orçamentos familiares pode ser feito à custa de uma dieta menos variada – por exemplo, substituindo fruta, vegetais carne e peixe frescos por conservas e massas. Isto pode resultar no declínio da saúde dos membros da família (Griffith, O'Connell, & Smith, 2013). Também o acréscimo da dependência de redes familiares para superar a perda de acesso a serviços públicos ou privados – por exemplo os cuidados às crianças ou aos idosos pode levar à sobrecarga de e ao acréscimo de tensões e conflitos familiares (Pleasence & Balmer, 2012). O mesmo vale para os recursos naturais. A abertura de poços ilegais para substituir uma provisão de água insuficiente em áreas afetadas pela seca pode levar a uma degradação ambiental ainda maior e agravamento da própria seca (Sapountzaki, 2012).

Finalmente, é importante que ambas as dimensões – mobilização de recursos e transferência de riscos – são muitas vezes interdependentes e podem reforçar-se mutuamente na prática. Vimos o caso da mobilização das pensões dos ascendentes que envolvem a transferência do risco de pobreza através da família. Podemos ver também como a emigração – uma estratégia de transferência de risco – implica muitas vezes a mobilização de redes familiares para fazer face aos custos da viagem ou para acolhimento à chegada ao país de destino.

Para concluir: uma perspetiva crítica da resiliência tem como objetivo não só identificar e descrever práticas de adaptação em contextos de crise mas sobretudo identificar o seu lugar e, processos sociais e ambientais mais vasto. Isto implica ver a resiliência ao mesmo tempo como: um produto dos modos de vida da pobreza; um elemento da sua reprodução; mas também uma fonte potencial da sua transformação. A pesquisa sobre os processos de resiliência pode assim contribuir para um conhecimento mais profundo da interação entre fatores objetivos e subjetivos de pobreza.

Bibliografia

Adger, W. N. (2000). Social and ecological resilience: Are they related? *Progress in Human Geography*, 24 (3), 347-364.

Aldrich, D. P. (2012). *Building resilience: Social capital in post-disaster recovery*. Chicago: The University of Chicago Press.

Batty, E., & Cole, I. (2010). *Resilience and the recession in six deprived communities: Preparing for worse to come?* Joseph Rowntree Foundation: York. Retrieved from <https://www.jrf.org.uk/file/40432/download?token=4S-OVxDD>

Bonanno, G. A. (2004). Loss, trauma and human resilience: Have we underestimated the human capacity to thrive after extremely aversive events. *American Psychologist*, 59, 20-28.

Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta.

Davidson, R. (2009). More than 'just coping': The antecedents and dynamics of resilience in a qualitative longitudinal study. *Social Policy and Society*, 8(1), 115-125.

Eitinger, L. (1964). *Concentration camp survivors in Norway and Israel*. Oslo: Universitetsforlaget.

Frankl, V. (1959). *Man's search for meaning*. New York: Washington Square Press.

Griffith, R., O'Connell, M., & Smith, K. (2013). *Food expenditure and nutritional quality over the Great Recession* (IFS Briefing Note BN143). London: Institute for Fiscal Studies. Retrieved from <http://www.ifs.org.uk/bns/bn143.pdf>

Holling, C. S. (1973). Resilience and stability of economic systems. *Annual Review of Ecology and Systematics*, 4, 1-23.

- Luhmann, N. (1993). *Risk: A sociological theory*. New York: Transaction Publishers.
- Masten, A. S. (2010). Ordinary magic: Lessons from research on resilience in human development. *Education Canada*, 50(1), 28-32.
- Pleasence, P., & Balmer, N. (2012). On the rocks: Recession-related life problems and relationship stability. *Child and Family Law Quarterly*, 24(1), 39-59.
- Rose, A. (2007). Economic resilience to natural and man-made disasters: Multidisciplinary origins and contextual dimensions. *Environmental Hazards*, 7(4), 383-398.
- Sapountzaki, K. (2012). Vulnerability management by means of resilience. *Natural Hazards*, 60, 1267-1285.
- Werner, E. (1977). *The children of Kauai: A longitudinal study from the prenatal period to the age of ten*. Honolulu: University of Hawai'i Press.
- Wilson, G. A. (2012). *Community resilience and environmental transitions*. London: Routledge.